

Aporias em Cabo Verde

masculinidade e justiça social em *Marginais*, de Evel Rocha

MÁRIO CÉSAR LUGARINHO*

[...] e me suicido na tentativa de me transformar em poema e poder, enfim, circular livremente
[AL BERTO. “Prefácio para um livro de poemas”.]

Resumo: *Marginais*, do autor cabo-verdiano Evel Rocha, é uma narrativa que, além de questionar o estatuto da masculinidade na ordem de gênero, abre espaço para a emergência de identidades de gênero não normativas. A obra, ainda, impõe discussões acerca de vários temas contemporâneos, ao mesmo tempo em que atualiza temas tradicionais da literatura cabo-verdiana, tais como a insularidade, a morabeza e o evasionismo, iluminando-os à luz da justiça social e da globalização econômica.

PALAVRAS-CHAVE: FICÇÃO CONTEMPORÂNEA, LITERATURA CABO-VERDIANA, MASCULINIDADES, JUSTIÇA SOCIAL

Aporias in Cape Verde: masculinity and social justice in *Marginais*, by Evel Rocha

Abstract: *Marginais*, the recent novel by Evel Rocha, a Cape Verdean author, is a narrative that, in addition to questioning the status of masculinity in the gender order, opens space for the emergence of non-normative gender identities. The work also requires discussions about various contemporary issues, at the same time it updates the traditional themes of Cape Verdean literature, such as the insularity, the morabeza and the evasionism, enlightening them under the prism of social justice and economic globalization.

KEYWORDS: CONTEMPORARY FICTION, CAPE VERDEAN LITERATURE, MASCULINITIES, SOCIAL JUSTICE

O desenvolvimento dos estudos sobre a masculinidade e o masculino deve a Raewin Connell (nascida Robert Connell), professora da Universidade de Sidney, grande parte de seu desenvolvimento, na medida em que foi a partir de suas reflexões que esses estudos ganharam volume. Connell partia do pressuposto de que a exclusiva atenção às mulheres e à feminilidade não poderia, por si só, colocar em pauta a discussão da ordem de gêneros. A masculinidade, que ocupa o centro da cultura, poderia ser relativizada e historicizada, na medida em que o mesmo procedimento era realizado frente à sua contraface, a identidade feminina (CONNELL,

1985, p. 260-261). Assim, Connell definiu masculinidade como sendo o conjunto de práticas dadas a partir da posição ocupada por homens nas relações de gênero, acrescentando que, usualmente, há mais de uma masculinidade. Daí ter se tornado consenso falar em “masculinidades” e não em “masculinidade” (CONNELL, 1995, p. 188). No entanto, das diversas masculinidades observadas por Connell, ganharia relevo o conceito de “masculinidade hegemônica” e que corresponderia a um ideal de masculinidade – no senso comum o “homem verdadeiro”, o “homem perfeito”, o “homem superior”. Ao seu lado, existiriam as masculinidades não hegemônicas e que estariam em relação de subordinação, cumplicidade ou de marginalização em relação à hegemônica (CONNELL, 1997, p. 39-43). A relação de subordinação seria dada a partir do processo de dominação de grupos sobre outros grupos, como o de homens heterossexuais sobre homens homossexuais, cujas práticas redundariam na violência e discriminação legalizadas e no abuso sexual. Vale ressaltar que não apenas os homossexuais estariam em relação de subordinação, porque esta seria prática usual quando se observasse, no mundo do trabalho, por exemplo, outras diferenças a partir de classe, etnia, nacionalidade etc; a relação de cumplicidade pode ser observada em relações estabelecidas em torno de instituições sociais que demarcam relações de poder, como o casamento e o próprio patriarcado, nos quais as relações familiares concorrem para a preservação e manutenção do poder em torno daquele(s) que o exercem. E, por fim, as relações de marginalização nas quais são visíveis os processos explícitos de exclusão, seja por etnia, classe social, origem nacional ou regional, ou mesmo orientação sexual.

De maneira geral, o pensamento de Connell redundou na construção de uma dicotomia mais funcional, na medida em que as formas não-hegemônicas tendiam a se confundirem, quando cruzadas com as características de classe, etnia, nacionalidade etc. É por essa via, que Miguel Vale de Almeida pôde, acompanhando Connell, apontar o aparecimento de várias masculinidades. A partir das transformações das relações de gênero e do caráter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder, as identidades masculinas poderiam ser percebidas a partir da inter-relação dos conceitos de “masculinidade hegemônica” e “masculinidade não-hegemônicas”, estratificando também as relações sociais para além das formas tradicionalmente consideradas, como as de classe social ou etnia. A masculinidade hegemônica se constituiria ao lado do poder político estabelecido, do poder econômico, do controle social, enfim, do poder sobre os corpos que a ela se submetem, estabelecendo padrões de comportamento e de relações entre gênero.

Vale de Almeida, contudo, coloca em suspenso o conceito de hegemonia para compreender as diversas masculinidades na medida em que verifica que as relações entre os estratos sociais são atravessadas pela chamada solidariedade de gênero, que se atrela às

relações de poder. Aqueles que se colocam no lugar do masculino¹ (homens ou mulheres biologicamente considerados) defendem uma “ordem de gênero”, que se confunde com a ordem social – a esse procedimento, a solidariedade de gênero, denominou-se de homossociabilidade.²

O desenvolvimento da modernidade, intimamente relacionado ao desenvolvimento do capitalismo, faz do burguês (homem de negócios e estadista) seu paradigma, mas também o faz soldado e oficial do exército nacional. O progresso (científico-tecnológico e, por conseguinte, econômico) reconheceu o homem moderno como o indivíduo do sexo masculino esvaziado de suas formas tradicionais de identificação (a força física, a coragem, a honra e a virilidade), para se constituir a partir de novos elementos baseados na força de trabalho (físico ou intelectual), no corpo atlético e na juventude, nos empreendimentos comerciais e na capacidade de acumulação de capital, no domínio das paixões e no cavaleirismo, etc (MOSSE, 2000, p. 23-31).

Entretanto, o projeto da modernidade para a identidade masculina foi sendo posto em causa, fosse pela instituição do sufrágio universal, fosse pela formulação de novas relações de trabalho no capitalismo e pelas sucessivas crises do capital, fosse pela insurgência das classes e dos grupos sociais dominados, fosse pela subversão e alteração da ordem de valores que sustentavam a sociedade burguesa. O processo deu à luz novas possibilidades de identidades que passaram a relativizar a identidade masculina hegemônica constituída na modernidade. Não apenas porque outras identidades emergiram, mas porque paulatinamente o Estado, juridicamente e politicamente, como apontara Hegel ao tratar da família, passou a chamar para si as ações que estavam destinadas aos indivíduos do sexo masculino, proprietários de terras, burgueses e/ou, mais tarde, proletários. Se o pai e o marido, evocando o *pater familias*, ainda podiam dispor, durante grande parte do século XIX, do destino da esposa e dos filhos, a justiça do estado moderno, ao fim daquele século e durante o século XX, passou a reger as relações de intimidade no espaço privado e no espaço público, quando estendeu às mulheres e filhos não casados o

1 É por esse motivo que Vale de Almeida traduz a expressão de origem inglesa “men’s studies” para *estudos sobre a masculinidade*, visto que a palavra masculinidade abrange os atributos culturalmente específicos e não se detém numa identidade social baseada numa construção social da natureza, que sobreporia sexo e gênero.

2 *Homossociabilidade* é um conceito que se desenvolveu a partir da crítica literária, quando Eve Kosofsky Sedgwick, em sua obra *Between men: english literature and male homosocial desire* (1985), descreveu as relações de solidariedade de gênero entre homens em obras da literatura inglesa dos séculos XVIII e XIX, o que instituiu uma “ordem de gênero”, isto é, a manutenção das identidades masculina e feminina para além dos prejuízos que atos como o adultério, a homossexualidade, o afeminamento, a idade avançada ou a impotência pudessem provocar na estabilidade dessa ordem. Para Emerson Inácio (2002), a homossociabilidade “seria a rede de relações, baseadas no patriarcado, que regulam o comportamento masculino de maneira a estabilizá-lo e hierarquizá-lo pela instauração de uma interdependência/solidariedade para que o patriarcado seja sempre intermediado pelas barreiras do tipicamente masculino”. No âmbito das Literaturas de Língua Portuguesa, José Carlos Barcellos (2007) observou que a obra de Eça de Queirós, em quase toda a sua extensão, é exemplo flagrante desse conceito, da qual se destacam as últimas páginas de *O primo Basílio*, quando Sebastião, informado pelo adultério cometido por Luísa com Basílio, preocupa-se, sobretudo, não com a chantagem sofrida por Luísa, mas em preservar Jorge e sua posição social de varão e esposo.

direito à cidadania, à gestão de propriedades e finanças, à educação e ao voto, definindo leis específicas que regularam as relações familiares e de trabalho.

As exigências da modernidade à masculinidade se inscreveram mais profundamente na identidade de gênero na medida em que as formas de resolução das adversidades entre grupos e indivíduos se encontram diametralmente opostas. Se a guerra, interna ou entre estados, era levada a cabo para demonstrar a superioridade de um grupo sobre o outro, a guerra, na lógica burguesa e capitalista, é o negócio lucrativo que distribui dividendos entre aqueles que nela investem financeiramente e que, por reforço, satisfaz com doses de violência os elementos identitários masculinos da tradição que se deseja suplantar.

Sob essa perspectiva, a identidade masculina, desde o advento da modernidade, se encontra em crise permanente. Apesar de se adequar aos novos tempos (regidos pela lógica do capital), recorre, também, às formas tradicionais de sua constituição (a lógica bélica). E, se for acrescentada à transformação da identidade feminina, que recusava as formas fixas dos papéis sociais desempenhados (mãe, esposa e filha), a emergência de outras identidades baseadas na orientação sexual, como a dos homossexuais, pode assinalar uma crise ainda mais profunda que pontua a identidade masculina desde o alvorecer do homem moderno.

O que restava ao homem, senão reconhecer uma crise em que a modernidade inscreveu a masculinidade? Por se constituir em crise, a identidade masculina, hoje, pode se desdobrar em inúmeras possibilidades, dissolvendo a sua condição paradigmática para se instituir em dimensões diversas. Ou seja, ser homem não é mais uma característica do indivíduo dada pela classe, etnia, orientação sexual, religião ou mesmo pelo sexo biológico: é uma identidade construída entre as diversas outras identidades com que se confronta.

Dessa forma, os estudos de gênero reconhecem que a atenção à identidade masculina é devedora do processo que a tornou problemática e claudicante, porque a tradição onde se formulou foi esvaziada de sentido. É por essa busca de sentido que se observa o aparecimento na Literatura, em especial naquelas que se constituem nos espaços pós-coloniais, de obras que, sob vários aspectos, trazem à cena contemporânea a crise do masculino.

Cabe ainda ressaltar que a denominada crise do masculino pode ser amplamente verificada quando se deram, no âmbito dos estudos de gênero, sucessivas cisões que desestabilizaram esse campo, conformando-o na diversidade em que hoje se encontra. No fim dos anos 1970, na esteira dos movimentos sociais norte-americanos e das reformulações sucessivas que o feminismo norte-americano atravessava (fosse na esfera das políticas sociais, fosse na esfera universitária), a emergência do que se denominou *gay and lesbian studies*, seguidos pelos *queer studies* e, mais recentemente, pelos *men's studies* foi, efetivamente, o alargamento das áreas de ação dos estudiosos de gênero para além do feminino. No entanto, a abolição dos binarismos e das identidades fixas de gênero não resolveria definitivamente o problema da diversidade e da emergência de novos sujeitos discursivos, que desde a década de 1970, ganhavam visibilidade desde a contracultura.

A partir desse quadro, somos levados a observar que as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa não ficou alheio a esse processo social e cultural que os estudiosos do gênero apontavam e que representava mais uma crise à modernidade. Os paradigmas das representações de gênero foram questionadas e problematizadas, quando não desconstruídos a fim de não apenas se superar as práticas e estruturas sociais do colonialismo, mas também os modelos que as diversas tradições locais impunham aos novos estados e nações. O escândalo inicial que foi a publicação de *Niketche*, de Paulina Chiziane, bem demonstra o problema que as relações de gênero, quando desnaturalizadas, impõem à própria ordem que as institui – já que a obra de Chiziane evidenciava a tensão entre a tradição da poligamia e a ordem ocidental da família nuclear. Sem dúvidas, *Niketche*, reconhecida aqui como não apenas a obra em si, mas também as polêmicas geradas no âmbito das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, encenava as encruzilhadas culturais dos povos de Moçambique.

No em tanto, mais recentemente, algo diferente despontou na Literatura Cabo-verdiana e, por conseguinte, no conjunto das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. *Marginais*, de Evel Rocha, publicado em 2010, narra a vida de um jovem criado às margens de uma sociedade em transformação. Iniciada em 1977, ano de nascimento de Sérgio, a narrativa chega à sua morte, em 1999.

O pano de fundo é o processo de constituição do estado nação cabo-verdiano e a crescente urbanização de sua população. O espaço narrativo é a Ilha do Sal, centro turístico, polo de atração de grandes investimentos internacionais. Narrado em primeira pessoa, o relato consiste nas memórias de Sérgio Pitbull, supostamente entregues ao autor após um encontro casual. Com tipos em itálico, a narrativa principia pelo encontro, quando somos apresentados ao protagonista, já em adiantada situação de risco social e degradação física. Ao receber os manuscritos, o autor expressa o seu juízo, atribuindo à narrativa um sentido de urgência: “Este é um livro que muitos jovens deste país gostariam de ter escrito” (ROCHA, 2010, p. 13).

Em *Marginais*, a noção de espaço é privilegiada, porque, como as personagens, constitui-se também à margem da cidade, já que é o espaço das periferias urbanas, não exatamente um espaço geográfico específico, mas como um espaço “subterrâneo”, onde se assentam as cidades idealizadas (v. FREITAG, 2002). No espaço geográfico, a Ilha do Sal, são evidentes os influxos modernizadores da globalização. Sérgio Pitboy transita da cidade subterrânea e periférica aos centros de povoação burguesa e de atração turística da ilha, instalando-se na condição de *marginal*. Mas, apesar da situação social de risco, Sérgio mantém o sonho de habitar aqueles centros e constituir-se no espaço social aburguesado, seja formando-se em Direito, seja como jogador de futebol em Portugal, seja como cantor de rap. Os sonhos de sucesso profissional e social são os fios que o atam aos anseios maternos, ao reencontro almejado com a mãe, que experimentará a imigração anos após o seu nascimento. No entanto, sua marginalização social continuada, como

um processo inexoravelmente descendente, o leva a se confrontar, naqueles espaços, com situações limites que pulverizam todos os seus anseios de ascensão.

Apesar de poder ser remetido ao modelo do romance de formação, na medida em que acompanha, através do recurso da memória, o desenvolvimento físico, sexual, psicológico e social do protagonista, *Marginais* escapa às formas canônicas. Facilmente poderíamos recorrer a Charles Dickens (*David Copperfield*, 1850) ou a Mark Twain (*Tom Sawyer*, 1876), a fim de compará-lo e encontrar-lhe seus “modelos” narrativos. No entanto, *Marginais* estaria mais próximo de narrativas mais contemporâneas, como a do cubano Pedro Gutierrez (*El Rey de La Habana*, 1999), ou dos brasileiros Jorge Amado (*Capitães de Areia*, 1937), Ferréz (*Capão pecado*, 2000) e, mesmo, do romance reportagem de Celso Athayde, MVBill e Luis Eduardo Soares (*Cabeça de porco*, 2005). Ao contrário dos exemplos extraídos da literatura do século XIX, nesse conjunto de narrativas não há orientação ofertada às personagens pelo modelo social burguês, pelo contrário, o leitor é apresentado, sem mediações, ao universo das populações das periferias das cidades, onde a fome, a violência e a inexistência de um poder público que organize o espaço já predestinam cada personagem antes mesmo de seu nascimento, como acontecera com as irmãs de Sérgio, mortas poucos dias depois do nascimento. Nesse sentido, *Marginais* é uma narrativa que facilmente se insere na tradição literária cabo-verdiana dos tempos coloniais, pelos mesmos elementos que a singularizam nesse conjunto. Sua novidade consiste no espaço, que não oferece mais sentido, como acontecia na produção mais tradicional. Se a terra, tanto na geração claridosa, quanto naquelas que lhe seguiram, oferecia sentido a um anseio de identidade nacional autônoma, em *Marginais* essa mesma terra perde o seu estatuto privilegiado – espaço geográfico onde a nação se concretiza. A terra é esvaziada de sentido na medida em que a nação é representada por um Estado indolente e incapaz de ser a entidade política e jurídica que deveria promover a estabilidade social, a justiça e a felicidade, com políticas efetivas de inclusão e socialização. Em *Marginais*, o estado é cartorial, “pertence” às classes mais abastadas, e o exercício do poder público apenas garante a estratificação e a perpetuação de condições de injustiça, já que as faces apresentadas, a escola, a polícia ou o poder judiciário, garantem apenas a manutenção do *status quo*. Aos “marginais” não são oferecidas oportunidades de escaparem ao “sistema”, restando-lhes o crime, o tráfico e a prostituição. Alternativas são opções idealizadas e usuais como o esporte ou a música. Por isso, no espaço narrativo da Ilha do Sal – apesar de suas fronteiras geográficas e sociais internas bem demarcadas – os “marginais” transitam invisíveis.

Para o conjunto da Literatura cabo-verdiana, em que pesa a miséria característica dos espaços sociais tradicionais daquela literatura, a narrativa de Rocha não introduz um quadro social novo. *Marginais* ressignifica os grupos sociais, não apenas por sua atualização temporal, mas, principalmente, porque a partir deles emergem discursos que se confrontam com a ordem social e no qual se verifica uma violência cotidiana e endêmica, desde os espaços domésticos até os aparelhos de segurança do estado – porque não há limites para a sua prática.

Em *Marginais* estão colocados os temas tradicionais da literatura nacional, como o evasãoismo, a insularidade, ou a morabeza – mas todos postos em função do espaço marginal e da condição social experimentada pelas personagens. Evadir-se das ilhas não é opção, é apenas sonho e fio de esperança; o isolamento é condição atávica; e a morabeza é subvertida pelo cotidiano. A solidariedade, que garantiria a estabilidade social, política e cultural, só é experimentada entre os indivíduos que compartilham algumas experiências porque localizados num mesmo grupo específico, identificados por idade e proximidade social, geográfica e/ou afetiva, ou seja, a gangue urbana, como sugere Gary T. Barker (2008).

Mas se o marcador de classe social, nessa narrativa, é instrumento para a verificação de exclusão – resta aos indivíduos em situação social de risco, como verificara a antropóloga Sofia Aboim (2004) ao tratar dos homens de Maputo, o marcador de gênero. Para as parcelas marginalizadas das sociedades, ser homem, ou mulher, e ser reconhecido como tal, é o recurso possível para a individuação e o destaque social almejado. O reconhecimento passa indubitavelmente pela manifestação de caracteres físicos, pela iniciação sexual e suas práticas e, também, pelo desconhecimento de regras e desafios aos parâmetros sociais burgueses que organizam as cidades modernas.

Sérgio deseja crescer, tornar-se adulto, e concretizar os desejos maternos, entretanto esbarra em obstáculos que vão desde o fracasso escolar e a experiência amorosa incerta e esvaziada de sentido – “desaprendi a amar” (p. 109), dirá quando mais adulto – até a prática sexual limítrofe ao seu senso de masculinidade. Na adolescência, apaixonou-se pela professora Izilda, mas diante dela era incapaz de apresentar-se como homem, um aluno bem sucedido, e ser por ela reconhecido para além de sua condição social subalterna.

Nas memórias de Sérgio, Fusco é personagem que ocupa lugar privilegiado por sua ousadia, pelo poder de sedução e por suas performances desafiadoras frente aos dispositivos de repressão com que se depara. Sergio nunca rejeitara Fusco – a não ser inicialmente, provocado pelo discurso religioso –, ao contrário, além da amizade, ambos passaram a compartilhar suas intimidades. Em *Marginais*, a prática sexual é naturalizada, inclusive as homossexuais. Além da amizade com Fusco, a relação que, por volta dos seus vinte anos, Sérgio mantém com Valdomiro/Mirinha é reveladora. Se, num primeiro momento a prática de relações homoeróticas foi motivo de curiosidade e de iniciação sexual, Sérgio, mais adulto, é atravessado pelo afeto por Mirinha, mesmo quando submetido à compaixão. Sérgio insiste em não saber amar, em não se interessar por quaisquer envolvimento que lhe induzissem a um romance. Além disso, em *Marginais*, a sexualidade naturalizada, é experimentada através de estupros e violações, principalmente praticada pelos aparelhos estatais de segurança.

A trajetória de Sérgio, mais do que a sua busca por ascensão social, concentra-se na valorização das relações oferecidas pelos afetos e, também, por um senso de justiça que busca o reparo da (des) ordem social. Após a morte de Mirinha, Sergio se confronta também com a morte de Mirna, com quem também desenvolvera uma intensa relação de afeto que, apesar de ter sido de duração mais longa e mais perene, fora idêntica àquela que

mantivera com Mirinha – ou seja, comovido por compaixão, nega continuamente qualquer referência ao amor. A morte de Mirna, que se tornara prostituta e vivera “servindo” aos mais ricos da Ilha, se dá após a sua descrição em flagrante decadência física, tendo realizado inúmeros abortos e com a certeza de alguma DST não identificada pelo narrado. Mirna morre só, numa cama de hospital.

A narrativa de *Marginais* encerra com o seu retorno às mãos do autor, que, novamente, em tipos itálicos, informa que Sergio foi encontrado morto, alguns dias após o Natal de 1999, com um corte profundo no pulso. Em suas mãos, um papel escrito a lápis, continha o seguinte poema:

No princípio era a corrupção e a corrupção era deus.
A corrupção estava no princípio com deus.
Todas as coisas foram feitas pela corrupção
E sem ela, nada do que foi feito se fez (ROCHA, 2010, p. 223).

A narrativa de Evel Rocha, exposta de maneira resumida, revela-se como manancial para questionamentos acerca dos vários sentidos a que a crítica literária se acostumou, em sua tradição, ao ler o conjunto das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Rocha, com seus *Marginais*, subverte esses sentidos ao dar relevo, no que toca à cultura e à sociedade cabo-verdianas, a personagens que estão longe dos estereótipos – sem pudores, os vícios, os crimes, as transgressões, a miséria, a fome, a desigualdade, a injustiça compõem na narrativa. O narrador, enfim, que não se anima pela utopia e, por isso, não se alinha a nenhuma outra produção anterior. Nem a terra, nem a nação, nem a sua população, são capazes de oferecer algum sentido que escape ao fatalismo da corrupção enunciada no poema deixado pelo protagonista de *Marginais*. Resta aos marginais, de Evel Rocha, no entanto, um sentido de justiça social que emanaria dos juízos de Sergio Pitbull, resgatados do senso comum, e que se assenta sobre o seu senso de masculinidade.

A leitura da narrativa de Evel Rocha impõe-nos uma tentativa vã de resposta à pergunta de Gayatri Spivak em seu já clássico artigo “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010). A perspectiva nada otimista da socióloga indiana, da impossibilidade do acesso ao discurso pelos subalternos, encontra respaldo nessa narrativa, em que as personagens estão presas a inexorabilidade das categorias de classe e gênero – é preciso lembrar que o discurso de Sérgio é mediado pela narrativa do “autor” que acolhe seus manuscritos e os coloca em circulação. A subversão, da ordem social ou da ordem de gênero, é ação já prevista pelos dispositivos de controle que se adensaram no mundo globalizado e pós-moderno. Não haveria, assim, saídas àqueles que transitam pela narrativa de Rocha, a não ser, possivelmente, o acesso ao discurso. A realização de *Marginais*, o jogo discursivo da narrativa, a sua própria construção é a resposta à urgência com que o autor e o narrador sublinharam a própria narrativa desde as suas primeiras páginas. Ao se tornar narrativa e literatura, Sergio pode circular livremente.

Referencias bibliográficas

ABOIM, Sofia. “Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo”. In: **Análise Social**, vol. XLIII (2.º), 2008: 273–295.

BARKER, Gary T. **Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ROCHA, Evel. **Marginais**. Praia: ASA/Gráfica da Praia, 2010.



- * *Mário César Lugarinho* é professor Doutor da FFLCH/USP (Universidade de São Paulo), atuando na área de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Nome reconhecido na crítica especializada dos estudos culturais e da teoria *queer*, foi um dos membros fundadores da ABEH (Associação Brasileira de Estudos da Homocultura), em 2001. Autor do livro *Manuel Alegre: mito, memória e utopia* (Lisboa: Colibri, 2006), também assina importantes ensaios publicados no Brasil, em Portugal e nos Estados Unidos. Desde 2001, é bolsista de produtividade em pesquisa (nível 2) do CNPq.